

Sábado, 11 de Abril de 2026

PF procura três do PCC que espreitavam Lira e Pacheco

A ação é um desdobramento da Operação Sequaz que, em março, mirou uma quadrilha ligada a facção paulista que pretendia sequestrar o senador Sergio Moro

A Polícia Federal (PF) realizou, na manhã desta quinta-feira (14), a Operação Irrestrita contra uma célula do PCC que planejava sequestros e atentados contra autoridades. Entre as autoridades que a quadrilha espreitava estão os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

A Polícia Federal (PF) realizou, na manhã desta quinta-feira (14), a Operação Irrestrita contra uma célula do PCC que planejava sequestros e atentados contra autoridades. Entre as autoridades que a quadrilha espreitava estão os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Com o apoio da Polícia Militar e do Ministério Público do Estado de São Paulo, a PF foi às ruas para cumprir 16 mandados de busca e apreensão e três ordens de prisão preventiva em São Paulo. A PF quer coletar provas para verificar qual era o status dos planos dos investigados.

A ação é um desdobramento da Operação Sequaz que, em março, mirou uma quadrilha ligada a facção paulista que pretendia sequestrar o senador Sergio Moro.

Ao longo das investigações, a Polícia Federal identificou monitoramentos feitos pelo grupo sob suspeita, observando imagens feitas pela internet, com comentários, sobre a residência oficial dos presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

O inquérito da Operação Irrestrita foi abastecido com um relatório de inteligência do Ministério Público de São Paulo que aponta que os integrantes da célula 'Restrita' da facção tinham em seus celulares as fotos das casas de Pacheco e Lira. Também constava dos aparelhos uma pesquisa sobre imóveis na Península dos Ministros, no Lago Sul, em Brasília.

A avaliação da Promotoria é a de que tais informações demonstram que houve determinação da cúpula do PCC para que esse setor realizasse levantamentos das referidas autoridades da República. As apreensões da Sequaz foram citadas no relatório do MP paulista logo após o órgão relatar indícios de que, menos de dois meses depois da prisão de Nefo - um dos líderes da quadrilha desbaratada na Sequaz - o PCC movimentou outros integrantes para atuarem na 'Restrita'.

Segundo o documento, prestações de contas dos meses de maio, junho e julho de 2023 demonstraram que a célula do PCC "estaria com uma missão no Distrito Federal, onde alguns de seus integrantes alugaram um imóvel pelo valor de R\$2.500,00 mensal, para servir como base de apoio".

"Num período aproximado de pouco mais de dois meses a célula gastou em torno de 44 mil reais para a compra de aparelhos celulares, aluguel de imóvel, transporte, seguro, IPTU, alimentação, hospedagem, mobília do imóvel, compra de eletroeletrônicos, etc", narrou a Promotoria.

Os achados da Sequaz

O relatório da Polícia Federal em Cascavel (PR) sobre os achados da Sequaz apontou como as provas corroboravam a hipótese de um núcleo do PCC "montado para a prática de crimes violentos contra servidores públicos, notadamente em Estados do Brasil que possuem Penitenciárias Federais".

Os investigadores citaram planilhas de gastos em Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná e no Distrito Federal, além de anotações obtidas no monitoramento telemático, com planos de ataques claros para as

Cidades de Cascavel, Curitiba, Campo Grande e Porto Velho. Além disso, citaram as imagens feitas pela internet, com comentários acerca das imagens sobre a residência oficial dos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

fonte leiaJA